

RELATORA            |: | MINISTRA ELIANA CALMON

-----+--+-----  
RECORRENTE:MINISTÉRIO| |  
PÚBLICO DO ESTADO DE | |  
MINAS GERAIS        | |  
-----+--+-----

RECORRIDO :PAULO CURY| |  
                  | |  
-----+--+-----

ADVOGADO:DANILO ALVES| |  
SANTANA E OUTRO(S) | |

#### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – GESTÃO FRAUDULENTA DE CLUBE DE FUTEBOL (ATLÉTICO MINEIRO) – ASSOCIAÇÃO COM PERSONALIDADE DE DIREITO PRIVADO - OFENSA REFLEXA AO SISTEMA BRASILEIRO DO DESPORTO – ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. É entendimento desta Corte a legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público, conceito que abrange aspectos material e imaterial, quando há direta lesão ao bem jurídico tutelado.

2. Somente de forma reflexa é atingido o patrimônio cultural, quando fraudada organização desportiva privada.

3. Inadequação da ação civil pública e ilegitimidade ativa ad causam do Ministério Público para a defesa do patrimônio ofendido.

4. Recurso especial não conhecido.

#### ACÓRDÃO

Brasília (DF), 31 de agosto de 2009(Data do Julgamento)

MINISTRA ELIANA CALMON

Relatora

RECURSO ESPECIAL Nº 1.041.765 - MG (2008/0061230-6)

RECORRENTE | : | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

-----+-----

RECORRIDO :PAULO | |

CURY | |

-----+-----

ADVOGADO:DANILO | |

ALVES SANTANA E | |

OUTRO(S) | |

#### RELATÓRIO

A EXMA. SRA. MINISTRA ELIANA CALMON: – Trata-se de recurso especial interposto com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (fl. 115):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA- INDEFERIMENTO DA INICIAL- LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO- DEFESA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL- PATRIMÔNIO DE PESSOA JURÍDICA PRIVADA- LESÃO A ASPECTO FINANCEIRO- INTERESSES METAINDIVIDUAIS- INEXISTÊNCIA.

É cediço que o Ministério Público possui legitimidade para a defesa do meio ambiente lato sensu, nele englobado o patrimônio cultural, enquanto significativo de bens culturais, entretanto, a convalescença de lesão patrimonial, puramente de aspecto financeiro, versando bens privados de

Sociedade Civil, não constitui interesse metaindividual, difuso ou coletivo ligado ao acervo cultural, mas, sim, interesse estritamente privado e disponível, pertencente à própria instituição ou, quando muito, a seus associados, não havendo que se reconhecer a legitimidade do parquet para a defesa de interesses que não digam respeito à coletividade como um todo, mas de certo grupo privado de pessoas, não se configurando, por conseguinte, dano ao patrimônio cultural da coletividade a eventual lesão proclamada.

Aponta o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS violação dos art. 4º, § 2º, da Lei 9.615/98 e do art. 1º, I e IV, da Lei 7.347/85, sustentando, em síntese, que:

a) o esporte é tema de relevante interesse social, pois os clubes representam parcela da coletividade e integram as relações desportivas, devendo ser entendidos não apenas como associações privadas, fechadas em sua individualidade, mas inseridas num contexto de interações sociais;

b) as relações sociais, mesmo de uma entidade privada, devem ser analisadas sem se abster de verificar seus impactos sociais; no caso, o administrador tem o dever não somente com a associação que administra, mas também com toda coletividade, nos limites de seus atos;

c) as provas que acompanham a inicial demonstram que a atuação dolosa e inconsequente do requerido lesou não apenas o Clube Atlético Mineiro, associação, mas todos os torcedores, associados ou não, os amantes do esporte e a sociedade, sendo possível, assim, a ação civil pública, consoante os dispositivos legais apontados no recurso especial;

d) o direito à credibilidade nas instituições de maior impacto social, à organização desportiva sadia, à informação, à solidariedade, à confiança e à lealdade é direito indisponível não só dos amantes do esporte, mas também da sociedade como um todo, passível de indenização por dano moral coletivo.

Requer, assim, a reforma do acórdão recorrido, a fim de que seja dado seguimento à ação civil pública ajuizada.

Recurso extraordinário às fls. 140/147.

Apresentadas as contrarrazões, subiram os autos, admitidos ambos os recursos na origem.

O Ministério Público Federal apresentou parecer às fls. 174/178, pelo provimento do recurso especial.

É o relatório.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.041.765 - MG (2008/0061230-6)

RELATORA | : | MINISTRA ELIANA CALMON

-----+--+-----  
RECORRENTE:MINISTÉRIO | |  
PÚBLICO DO ESTADO DE | |  
MINAS GERAIS | |

-----+--+-----  
RECORRIDO :PAULO CURY | |  
| |

-----+--+-----  
ADVOGADO:DANILO ALVES | |  
SANTANA E OUTRO(S) | |

## VOTO

A EXMA. SRA. MINISTRA ELIANA CALMON: - Prequestionada a questão federal em torno dos dispositivos legais suscitados e preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade, examino o mérito do recurso especial.

Discute-se nos autos a legitimidade do Ministério Público para a propositura de ação civil pública contra ex-dirigente de clube de futebol (Atlético Mineiro), em razão da alegada prática de atos que teriam causado prejuízos de ordem moral e patrimonial à agremiação futebolística.

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, confirmando a sentença, manteve a extinção do processo, sem resolução do mérito, por entender que o Ministério Público não possui legitimidade ativa ad causam na hipótese, em razão de os interesses defendidos pelo parquet serem puramente privados e disponíveis.

Eis as principais conclusões do acórdão recorrido:

1) o qualificativo "cultural", no caso, deflui de tudo quanto provenha da cultura ou da civilização de um povo em um dado momento histórico, nos seus aspectos intelectuais, enquanto atividade crítica e construtiva dos valores do espírito humano; é tudo quanto se relacione a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, bem como a demais valores que possam ter uma significação de

ordem intelectual;

2) o fato imputado ao recorrido, de natureza estritamente financeira (gestão de interesses financeiros) não implica violação a patrimônio cultural, porque não derrui a natureza de cultura da atividade desportiva do Clube Atlético Mineiro;

3) a lesão patrimonial, puramente de aspecto financeiro, versando patrimônio privado de Sociedade Civil não constitui interesse metaindividual, difuso ou coletivo ligado ao patrimônio cultural brasileiro, mas, sim, interesse puramente privado e disponível, pertencente à própria instituição ou, quando muito, a seus associados;

4) embora o Clube Atlético Mineiro seja ligado ao desenvolvimento da atividade desportiva, as eventuais lesões que lhe possam ter ocorrido não atingem diretamente a coletividade como um todo, daí a ilegitimidade do parquet para o feito e a inadequação da via processual aqui utilizada.

Como as instâncias ordinárias, entendo que não tem o Ministério Público legitimidade para defender entidade privada, mesmo quando a atividade por ela desenvolvida tenha repercussão na coletividade, como é a hipótese dos autos.

Com efeito, o legislador constituinte deu com largueza competência ao Ministério Público para defender o patrimônio público e social, aí inserido o histórico, cultural, urbanístico, ambiental, etc., sob o aspecto material (perdas e danos) ou imaterial (lesão à moralidade),

conferindo-lhe legitimidade ativa ad causam para propor ação civil pública na hipótese (inciso III do art. 129 da CF/88).

Entretanto é preciso que se tenha a compreensão de que o Ministério Público pode quase tudo, mas não tudo, mesmo que a repercussão de um ato ou fato venha a repercutir de forma indireta na esfera jurídica de outras pessoas, configurando-se como interesses de anônimos, mas passíveis de representatividade jurídica.

Procurei na jurisprudência da Corte a orientação, mas como já percebia, todos os precedentes caminham na direção de que a legitimidade do Ministério Público só está evidenciada quando a desordem de uma entidade privada lesa de forma direta o interesse público, o que não ocorre na hipótese dos autos. Nesse sentido, colaciono os seguintes precedentes:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Ministério Público. Legitimidade. Ingresso gratuito de aposentados em estádio de futebol. Lazer.

O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública em defesa de interesse coletivo dos aposentados que tiveram assegurado por lei estadual o ingresso em estádio de futebol. O lazer do idoso tem relevância social, e o interesse que dele decorre à categoria dos aposentados pode ser defendido em juízo pelo Ministério Público, na ação civil pública.

Recurso conhecido e provido.

(REsp 242.643/SC, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2000, DJ 18/12/2000 p. 202)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Ação coletiva. Ministério Público. Legitimidade. Interesses individuais homogêneos. Cláusulas abusivas.

O Ministério Público tem legitimidade para promover ação coletiva em defesa de interesses individuais homogêneos quando existente interesse social compatível com a finalidade da instituição.

Nulidade de cláusulas constantes de contratos de adesão sobre correção monetária de prestações para a aquisição de imóveis, que seriam contrárias à legislação em vigor. Art. 81, parágrafo único III e art. 82, I, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Precedentes.

Recurso conhecido e provido.

(REsp 168859/RJ, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 06/05/1999, DJ 23/08/1999 p. 129)

PROCESSUAL CIVIL. COLÉGIO PEDRO II. EXTINÇÃO DO CURSO NOTURNO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. INTERESSES COLETIVOS EM SENTIDO ESTRITO E DIFUSOS.,

1. O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública objetivando a manutenção do curso de ensino médio no período noturno oferecido pelo Colégio Pedro II - Unidade São Cristóvão, que teria sido ilegalmente suprimido pelo Diretor da referida entidade educacional.

2. O direito à continuidade do curso noturno titularizado por um grupo de pessoas – alunos matriculados no estabelecimento de ensino – deriva de uma relação jurídica base com o Colégio Pedro II e não é passível de divisão, uma vez que a extinção desse turno acarretaria idêntico prejuízo a todos, mostrando-se completamente inviável sua quantificação individual.

3. Há que se considerar também os interesses daqueles que ainda não ingressaram no Colégio Pedro II e eventualmente podem ser atingidos pela extinção do curso noturno, ou seja, um grupo indeterminável de futuros alunos que titularizam direito difuso à manutenção desse turno de ensino.

4. Assim, a orientação adotada pela Corte de origem merece ser prestigiada, uma vez que os interesses envolvidos no litígio revestem-se da qualidade de coletivos e, por conseguinte, podem ser defendidos pelo Ministério Público em ação civil pública.

5. No mais, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece expressamente a legitimidade do Ministério Público para ingressar com ações fundadas em interesses coletivos ou difusos para garantir a oferta de ensino noturno regular



adequado às condições do educando.

6. Recurso especial não provido.

(REsp 933.002/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA,  
SEGUNDA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 29/06/2009)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO – AÇÃO CIVIL  
PÚBLICA - DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E CULTURAL –  
LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO – SÚMULA 329/STJ –  
DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE – POSSIBILIDADE.

1. O Ministério Público detém legitimidade para  
ajuizar ação civil pública, a fim de impedir e reprimir danos a  
bens e direitos de valor estético e paisagístico. Incidência da  
Súmula 329/STJ.

2. É possível a declaração incidental de  
inconstitucionalidade, na ação civil pública, de quaisquer leis  
ou atos normativos do Poder Público, desde que a controvérsia  
constitucional não figure como pedido, mas sim como causa de  
pedir, fundamento ou simples questão prejudicial, indispensável  
à resolução do litígio principal, em torno da tutela do  
interesse público. Precedentes do STJ.

4. Recurso especial provido.

(REsp 930.016/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON,  
SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 19/06/2009)

AGRAVO INTERNO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATO.  
LEASING. VARIAÇÃO CAMBIAL. LEGITIMIDADE ATIVA. MINISTÉRIO  
PÚBLICO.

O Ministério Público tem legitimidade para propor  
ação civil pública de revisão de contrato de leasing atrelado à  
variação do dólar.

Agravo improvido.

(AgRg no REsp 336.599/SC, Rel. Ministro PAULO  
FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA,  
julgado em 14/04/2009, DJe 22/05/2009)

O fato de os alegados prejuízos atingirem uma Sociedade Civil e  
seu patrimônio particular, por si só, é insuficiente para afastar a  
legitimidade ativa ad causam do Ministério Público, quando a lesão é  
direta, sendo possível identificar-se de imediato o ato ou fato.

Examinando-se a questão, a partir dos pedidos deduzidos na petição inicial, observo que o parquet pretendia, dentre outros pleitos, a condenação do réu (f. 41):

... ao ressarcimento integral dos danos causados ao patrimônio do Clube Atlético Mineiro, impondo-lhe a obrigação de reposição dos referidos valores aos cofres da entidade, corrigidos monetariamente desde a data da realização dos negócios, com juros não inferiores a 1% ao mês, mantendo indisponíveis, até a eventual execução, os bens, títulos e direitos para garantir o efetivo pagamento;

... na obrigação de reparar os danos extrapatrimoniais (morais), consistente em pagamento de indenização, a ser arbitrada por V. Ex<sup>ª</sup>., em valor não inferior a 10 (dez) vezes os danos patrimoniais, quantia a ser recolhida ao Fundo Federal de Defesa de Interesses Difusos, conta corrente n.º 55.573.038-7, da agência 36064, do Banco do Brasil, Brasília/DF, denominada SDE - CFDD (Código Civil, art. 1.518, caput, parte final; Lei 7.347/85, art. 13, regulamentado pelo Decreto n.º 1.306/94);  
(grifei)

Assim posto o pleito ministerial, mesmo em relação ao pedido reparatorio dos alegados danos morais causados pela má gestão do recorrido, não vejo como atribuir legitimidade ativa ad causam do Ministério Público, seja sob a ótica dos art. 127 e 129 da Constituição Federal, seja à luz dos arts. 4º, § 2º, da Lei 9.615/98 e 1º, I e IV, da Lei 7.347/85, considerando-se ainda a alteração legislativa implementada pela Lei 10.672/03.

A Lei 10.672/03, ao dar nova redação ao art. 4º, § 2º, da Lei nº 9.615/98, fez constar, expressamente, como bem tutelado via ação civil pública, inserido dentro do conceito de patrimônio cultural, a organização

desportiva. Vejamos:

Art. 4º O sistema Brasileiro do Desporto compreende:

§ 2º A organização desportiva do País, fundada na liberdade de associação, integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social, inclusive para os fins do disposto nos incisos I e III do art. 5º da Lei Complementar no 75, de 20 de maio de 1993.

A pergunta que se faz é a seguinte: a má administração do Clube

Atlético Mineiro lesou o patrimônio público, de forma direta, autorizando o

Estado a agir em nome dos interesses sociais? Respondo negativamente e,

assim não conheço do recurso especial.

É o voto.